

EDcl na RECLAMAÇÃO Nº 39.141 - DF (2019/0315219-0)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
EMBARGANTE : AZENATE FLORENTINA FERREIRA
ADVOGADO : DIVANILDES MACEDO COSTA - DF019940
EMBARGADO : CONDOMINIO RESIDENCIAL SOL NASCENTE
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO FARIAS COSTA - DF010094
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração interpostos por AZENATE FLORENTINA FERREIRA contra a decisão que indeferiu liminarmente a presente reclamação, porque *"a modificação das conclusões do v. acórdão reclamado demandaria a alteração das premissas fáticas estabelecidas pelo aresto recorrido, o que contraria o enunciado das súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça"* (nas fls. 340/342).

A embargante alega, em síntese que a decisão embargada *"foi omissa no que se refere ao direito a moradia e o princípio da dignidade humana" (...), ao direito do idoso (...), à informação de que a Embargante havia feito denúncia junto ao Conselho Inter Americano de Direitos Humanos (...) "ao pedido de sobrestamento do processo"* (nas fls. 344/350).

Requer o acolhimento dos embargos.

A parte embargada não apresentou impugnação.

É o relatório. Passo a decidir.

Os embargos são manifestamente inadmissíveis.

Deveras, a decisão embargada esclareceu que a reclamação, na presente vertente destina-se à garantir a **observância** de acórdão proferido em julgamento de recurso especial repetitivo (RRC), quando esgotadas as instâncias ordinárias (CPC, art. 988, IV e § 5º, II).

Todavia, nesse passo, afirmou que *"a modificação das conclusões do v. acórdão reclamado demandaria a alteração das premissas fáticas estabelecidas pelo aresto recorrido, o que contraria o enunciado das súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal*

de Justiça" (nas fls. 340/342).

Esse motivo é suficiente, por si só, para inviabilizar o recurso especial manejado pela embargante, afirmando que o aresto recorrido não observou o entendimento consolidado por esta Corte em julgamento de recurso especial repetitivo, reconhecendo que "*as taxas de manutenção criadas por associações de moradores não obrigam os não associados ou que a elas não anuíram*" (na fl. 15).

Dessarte, a decisão embargada afirmou que o recurso especial foi inadmitido sob o argumento de que "*a recorrente deixou de rebater este fundamento exposto na decisão guerreada, no sentido de que "as taxas de manutenção do condomínio edilício trata-se de **inovação recursal**, não podendo ter sido invocada em grau de apelação, sob pena de supressão de instância*" (grifou-se, na fl. 256).

Logo, questões correlatas e expendidas de forma absolutamente retórica e genérica (direito à moradia, respeito ao idoso, etc) não mereceriam atenção em segundo momento, se sequer as razões principais do recurso especial foram apreciadas.

Por outro lado, não se aplica ao caso em comento a suspensão do processo, em face do julgamento pelo col. Supremo Tribunal Federal do Tema relativo à não sujeição dos não aderentes a taxas criadas por associação de moradores, porque a hipótese, como restou assente no acórdão recorrido, resume-se a condomínio edilício.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator